

## Formação de professores do ensino primário no Território Federal do Guaporé na primeira metade do século XX

Cézar de Alencar Arnaut de Toledo<sup>1</sup>  
Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil  
Endereço eletrônico: caatoledo@uem.br

Maria Auxiliadora Máximo<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Rondônia, Rondonia, Brasil  
Endereço eletrônico: doramaximo@unir.br

Josué Netto<sup>3</sup>  
Instituto Federal de Rondônia, Rondônia, Brasil  
Endereço eletrônico: josue.netto@ifro.edu.br

1151

**Palavras-chave:** História da educação. Educação brasileira. Território Federal do Guaporé. Formação de professores

### INTRODUÇÃO

Desde 1938 a formação de professores em Porto Velho, capital do Território Federal do Guaporé (denominado Território Federal de Rondônia em 1956 e estado de Rondônia em 1981) cabia à Escola Normal Rural Maria Auxiliadora, depois denominado Instituto Maria Auxiliadora (IMA), de público exclusivamente feminino.

Com a aprovação da Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei 8.530 de 01/01/1946), a escola dirigida pelas Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, da Congregação Salesiana, suspendeu as atividades até se adequar à nova legislação. Quase ao mesmo tempo, o governo territorial priorizava a organização do Ensino Normal.

---

1 Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (1996). Professor do Programa de Pós-graduação em Educação (PPE) da UEM.

2 Doutora em Educação pela UEM (2021). Professora do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), *campus* Ariquemes.

3 Mestre em Educação pela UNIR (2019). Doutorando no PPE da UEM. Professor do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), *campus* Jaru.

\* O IFRO apoia o professor doutorando com o afastamento para cursar o Programa de Pós-graduação.

Realização:



UESB  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Apoio:



Exposto o contexto histórico, este resumo analisa a formação de professores do Ensino Primário no Território do Guaporé na primeira metade do século XX, discutindo os papéis do poder público e da iniciativa privada (a Igreja Católica por meio do IMA).

## **METODOLOGIA**

É uma pesquisa documental baseada principalmente no jornal Alto Madeira, que circulou em Porto Velho de 1917 a 2017, constituindo-se no principal veículo de imprensa da sociedade local, além de atuar como uma espécie de “diário oficial” ao publicar leis, atos e balancetes dos governos municipal e territorial.

1152

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise ora realizada pode ser dividida em três etapas: a) as atividades do IMA antes da Lei Orgânica do Ensino Normal em 1946; b) a adequação do IMA à nova legislação; c) as ações do governo territorial para oferecer o Ensino Normal na modalidade pública.

As terras que formaram o Território Federal do Guaporé em 1943 pertenciam aos estados do Mato Grosso (a maior parte) e do Amazonas (apenas a cidade de Porto Velho). Porto Velho foi fundada em 1912 para ser o ponto final da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), construída para escoar a borracha produzida no Brasil e na Bolívia, tornando-se a maior cidade do norte mato-grossense e sul amazonense.

No início do século XX, os salesianos já estavam em Mato Grosso e interessava ao governo que atuassem também no norte do estado, principalmente em Santo Antônio do Rio Madeira, importante produtora de borracha e arrecadadora de tributos, vizinha a Porto Velho. Mensagem do presidente do estado, com a grafia da época, sugeria oferecer “á dita congregação uma subvenção que auxilie as despesas do pensionato que ali ella se proponha a fundar” (MATO GROSSO, 1914, p. 54).

À cidade de Porto Velho, os salesianos chegaram em 1925 com a criação da Prelazia local, cujo primeiro administrador apostólico foi o monsenhor Pedro Massa, Salesiano de Dom Bosco e prelado do Rio Negro. Em 1932 fundaram o Colégio Dom

**Realização:**



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO RIO GRANDE DO SUL



**Apoio:**



Bosco, como escola de alfabetização noturna, em instalações da EFMM, e, depois, como escola primária, em instalações próprias e modestas. A partir de 1938, passaram a oferecer o ensino ginásial nas modalidades de internato e semi-internato (ARQUIDIOCESE DE PORTO VELHO, 2024).

Um obstáculo ao desenvolvimento da educação escolar na região era a falta de formação de professores, que tinham de ser recrutados em outras cidades. Foi o caso, por exemplo, da normalista Alice Borges, regente da Escola Mista Municipal de Porto Velho em 1917, vinda de Manaus (ALTO MADEIRA, ed. 18A, 19 jul. 1917, p. 2-3).

Em 1930, as primeiras Filhas de Maria Auxiliadora chegaram a Porto Velho com a missão de administrar o hospital São José e abrir uma escola, que começou a funcionar em casas de taipa. Três anos depois foi iniciada a construção da sede do colégio, prédio de três pavimentos, destaque na arquitetura da cidade (IMAPVH, 2020).

Essa iniciativa foi muito bem recebida pelo governo amazonense, conforme relatório oficial: “futuras professoras, com ‘tendência ruralista’, acostumadas à vida dos seringais, serão naturalmente indicadas para tais funções” (AMAZONAS, 1937, p. 217).

Em 01/12/1940, as sete primeiras professoras, “primícias [...] senhoritas perfeitamente habilitadas no exercício da profissão de mestras” foram diplomadas pelo IMA: Alzira Moreira Lima, Aurélia Banfield, Christina Courinos, Iracema Cavalcante, Maria de Nazareth Zeed, Maria da Silva Santos e Maturina Cavalcante. O paraninfo da turma foi o major Aluízio Ferreira, diretor da EFMM e primeiro governador do Território em 1943 (ALTO MADEIRA, ed. 2452, 1 dez. 1940, p. 1).

Em edições posteriores do jornal Alto Madeira é possível identificar a trajetória de algumas dessas jovens professoras. Em 1941, Christina Courinos, a oradora da turma, foi aprovada em concurso para datilógrafos da EFMM; Maria da Silva Santos, nomeada para a escola de Fortaleza do Abunã; Maturina Cavalcante é citada como parte de banca examinadora de exames na escola Dr. Tanajura e servidora da Divisão de Saúde em 1955 (ALTO MADEIRA, ed. 2514, 6 jul. 1941, p. 1; ed. 2496, 4 mai. 1941 p. 1; ed. 2556, 30 nov. 1941, p. 1; ed. 4982, 8 out. 1955, p. 3).

Em 1946, Aurélia Banfield (1916-2012), uma das formandas, filha de barbadianos chegados a Porto Velho em 1906, assinou manifesto de professores e diretores de escolas porto-velhenses contra à extinção dos Territórios Federais enviado

**Realização:**



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO PARÁ



**Apoio:**



ao senador constituinte Nereu Ramos. Em edição de 1983, após 43 anos de magistério, ela relatou sua vida e a opção por ser professora. Em 1988, foi agraciada com o grau de Grande Cavaleiro da Grande Loja Maçônica de Rondônia (ALTO MADEIRA, ed. 2990, 2 mai. 1946, p. 2; ed. 14460, 2 mar. 1983, p. 6; ed. 19491, 8 abr. 1988, p. 7).

Em artigo de 01/05/1947, o professor Enos Eduardo Lins, ex-diretor interino de educação, relata a excelência do ensino oferecido pelo IMA, ao contrário das escolas públicas, carentes de tudo. O currículo contemplava, por exemplo, canto orfeônico e língua francesa (ALTO MADEIRA, ed. 3088, 1 mai. 1947, p. 4).

O IMA, assim como outras instituições religiosas, recebia verbas públicas. Entre 1948 e 1949 foram Cr\$15.000 (quinze mil cruzeiros), mesmo valor destinado ao Ginásio Dom Bosco. O Instituto Nossa Senhora do Calvário (de Guajará Mirim) e as escolas Eurico Nelson (da Igreja Batista) e Samaritana (da Loja Maçônica) receberam, respectivamente, Cr\$10.000, Cr\$5.000 e Cr\$11.000 (MÁXIMO, 2021, p. 171).

Além das subvenções, o poder público pretendia conferir protagonismo ao IMA na formação de professores. As metas traçadas em 1947 para o Plano de Valorização da Amazônia (incluso na Constituição de 1946, mas regulamentado somente em 1953) previam investir Cr\$8.000.000 na ampliação do IMA, para “tornar-se futura Escola Normal do Território” (MÁXIMO, 2021, p. 148).

Porém, a escola teve que interromper a formação de professores em 1946 por não atender à nova Lei Orgânica do Ensino Normal, principalmente o parágrafo segundo do artigo quarto (“Escola normal será o estabelecimento destinado a dar o curso de segundo ciclo dêsse ensino, e ciclo ginásial do ensino secundário”) e o inciso 2 do artigo sexto (“O curso de formação geral de professores primários [manterá ligação] com o curso ginásial”). Havia agora a “necessidade de a formação do professor ser precedida pelo Curso Ginásial de 4 anos” (BRASIL, 1946; MÁXIMO, 2021, p. 173).

Iniciativas para a retomada do curso não faltaram, que de imediato passou a ser seção feminina do Ginásio Dom Bosco. O governador do Território, Joaquim de Araújo Lima, solicitou, em 17/09/1949, ao ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, “autorização para [...] um estabelecimento de ensino do tipo Escola Normal, sob os cuidados das Irmãs de Maria Auxiliadora, da Congregação Salesiana”, sem afetar os

planos governamentais de criação da Escola Normal, “cujo primeiro círculo, o C.N.R. ‘Carmela Dutra’, já se encontra em funcionamento” (MÁXIMO, 2021, p. 184).

Pouco depois, em 10/10/1949, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer 378 do relator Alceu de Amoroso Lima, autorizando o funcionamento da Escola Normal. No mesmo dia, o Conselho comunicou a decisão ao ministro Clemente Mariani, que a homologou de próprio punho (MÁXIMO, 2021).

No dia 21, Murilo Braga, então presidente do INEP, informou ao governador que a formação de professores pelo IMA estava autorizada, mas em um curso de dois anos, conforme exceção prevista no artigo 9º da Lei Orgânica do Ensino Normal. Finalmente, em 17/11/1952, o novo presidente do INEP, Anísio Teixeira, autorizou a formação de professores em três anos. Assim, o IMA passou a oferecer novos cursos a partir de 1953: Primário, Ginásial, Normal (formação de professores em três anos) e preparatório para admissão aos cursos Ginásial e Normal (MÁXIMO, 2021; ALTO MADEIRA, ed. 4161, 30 jan. 1953, p. 3).

Como a formação de professores estava seriamente comprometida, o governador Frederico Trotta assinou o Decreto Territorial 47 em 19/11/1947, criando o Curso Normal Regional do Território Federal do Guaporé - Carmela Dutra (CNR). Para o professor Enos Eduardo Lins, foi a melhor solução, pois “diplomando regentes do Ensino Primário, para atender as necessidades imediatas do Território; depois transformar-se-á em Escola Normal para formar professores; e finalmente será Instituto de Educação”. Na primeira seleção foram aprovados 36 alunos, 7 do sexo masculino (MÁXIMO, 2021, p. 175; 177).

Em continuidade ao projeto de implantar uma estrutura completa de Ensino Normal, o governador Frederico Trotta, junto com sua esposa Laudímia Trotta, titular da Divisão de Educação, não poupava esforços. Em carta protocolada pelo INEP no dia 23/04/1948, ele, de próprio punho, escreveu ao seu “prezado amigo Dr. Murilo Braga”, presidente do INEP, solicitando recursos para construção do dormitório do CNR, reivindicação atendida com a liberação de Cr\$1.500.000 (MÁXIMO, 2021, p. 180-182).

Em 28/05/1948, após inaugurar o CNR, foi publicado o Decreto Territorial 81, criando a Vila Escolar de Porto Velho, que previa: Grupo Escolar (GE), Escola Rural Modelo (ERM), Curso Normal (CNR), Escola de Aprendizagem (EA) e Estádio Escolar

**Realização:**



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDOESTE PARANENSIS



**Apoio:**



(EE). Os recursos seriam provenientes do Território, do Ministério da Educação e Saúde, do Governo Federal, de empresários seringalistas, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Banco da Borracha (MÁXIMO, 2021, p. 182).

Finalmente, o Decreto Territorial 189 de 14/04/1951, assinado pelo governador Petrônio Barcelos, criou oficialmente a Escola Normal do Guaporé (ENG), com a finalidade de “dar o ciclo ginásial do ensino secundário [curso de 4 anos] e a formar professores primários [curso de 3 anos]”. A ENG passou a funcionar nas dependências do Grupo Escolar Duque de Caxias, até que uma ala do prédio definitivo foi inaugurada no dia 29/01/1954, data de aniversário da instalação do Território (ALTO MADEIRA, ed. 3738, 28 abr. 1951, p. 3; ed. 4470, 31 jan. 1954, p. 1).

## **CONCLUSÕES**

Ao fim da primeira metade do século XX, a formação de professores do Ensino Primário envolvia o poder público e a iniciativa privada (o IMA).

O poder público mantinha a Escola Normal Regional Carmela Dutra (CNR) para a formação de regentes, com as escolas isoladas Samaritana e Frederico Trotta servindo à prática do ensino. A Escola Normal do Guaporé (ENG) formava professores, com o Grupo Escolar Duque de Caxias servindo à prática do ensino.

Pelo lado da iniciativa privada, o IMA, atendendo à nova legislação, oferecia o Ensino Normal em três anos, bem como o Ensino Ginásial (exigência da legislação) e o Ensino Primário (para a prática do Ensino Normal).

Esse modelo não surgiu do acaso, mas decorreu de um movimento histórico bem delineado. Até 1937 inexistia a formação para o magistério em Porto Velho e os professores vinham de outras cidades. A criação da Escola Normal Rural do IMA mudou esse quadro, com o apoio financeiro e político do governo. A partir de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Normal gerou situações que obrigaram o governo do Território a executar políticas públicas para a formação dos professores.

**Realização:**



**UESB**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO RIO GRANDE DO SUL



**Apoio:**



## REFERÊNCIAS

ALTO MADEIRA (jornal). Porto Velho. 1917-2017. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060160>. Acesso em 19 jun. 2021.

AMAZONAS. **Mensagem do governador do estado do Amazonas [...]**. Manaus: Imprensa Pública, 1937. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=801046&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=625>. Acesso em: 7 fev. 2022.

ARQUIDIOCESE DE PORTO VELHO. **História da arquidiocese de Porto Velho**. 2024. Disponível em: <https://arquidiocesedeportovelho.org.br/historia-da-arquidiocese-de-porto-velho/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei do Ensino Normal 8.530 [...]**. 1946. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del8530.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8530.htm). Acesso em: 18 mai. 2021.

IMAPVH (Instituto Maria Auxiliadora). **Instituto Maria Auxiliadora completa 90 anos em Porto Velho**. Porto Velho. 2020. Disponível em: <http://www.imapvh.com.br/656>. Acesso em: 7 fev. 2022.

MATO GROSSO. **Mensagem dirigida pelo Exm. Snr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques [...]**. Cuiabá: Typ. Oficial, 1914. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873080&pagfis=865>. Acesso em: 7 fev. 2020.

MÁXIMO, Maria Auxiliadora. **História da Educação Escolar em Rondônia nos tempos do Território Federal**. Tese (doutorado). 252 f. Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Fundamentos da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Maringá, 2021.